FILANTROPIA

EM APOIO À CIÊNCIA

I

FILANTROPIA EM APOIO À CIÊNCIA

Edição especial Ciência & Cultura e FCW Cultura Científica

I

Fundação Conrado Wessel
FCW

Ciência&Cultura

Ciência&Cultura
ISSN online: 2317-6660
revistacienciaecultura.org.br

A revista Ciência&Cultura é uma publicação de divulgação científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

FCW Cultura Científica
ISSN: 2965-9086
fcw.org.br/culturacientifica

A Revista FCW Cultura Científica é uma publicação digital da Fundação Conrado Wessel

FICHA CATALOGRÁFICA
n
n
nN

ESPECIAL CIÊNCIA EM APOIO À FILANTROPIA

Esse fascículo, o primeiro de uma série, é uma iniciativa do Grupo de Trabalho – Filantropia da SBPC em parceria com o Grupo de Estudos de Modelos de Apoio à Ciência (GEMA Filantropia), do Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA-USP), e com a Fundação Conrado Wessel (FCW), que financiou a publicação.

Conselho Científico
Aldo José Gorgatti Zarbin
Andréa Martini Pineda
Carlos Vogt
Guilherme Ary Plonski
Marcos Kisil
Sabine Righetti
Samuel Goldenberg

Editores-executivos
Ana Paula Morales
Chris Bueno
Heitor Shimizu

Apoio técnico
Ivete Silva (coordenadora executiva da FCW)

Arte e Diagramação
Mayumi Okuyama

Impressão
Ipsis

CIÊNCIA & CULTURA

Conselho científico-executivo
Aldo José Gorgatti Zarbin
André Ramos
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral
Ildeu de Castro Moreira
Lígia Bahia
Marcelo Knobel
Marie Anne Van Sluys
Paulo Artaxo
Renato Janine Ribeiro
Rosângela Janja Costa Araújo

Coordenador
Aldo José Gorgatti Zarbin

Editora-executiva
Chris Bueno

GT – FILANTROPIA SBPC

Coordenação
Guilherme Ary Plonski (USP)

Membros
Hugo Aguilaniu (Instituto Serrapilheira)
Marcelo Knobel (TWAS – The World Academy of Sciences)
Marcos Kisil (USP)
Marie Anne Van Sluys (USP, Conselho SBPC)
Carlos Vogt (Unicamp, Fundação Conrado Wessel)
Samuel Goldenberg (Fiocruz-PR, Diretoria SBPC)

GEMA FILANTROPIA — IEA-USP
gema.iea.usp.br

Andréa Martini Pineda
Gerson Damiani
Guilherme Ary Plonski
Marcos Kisil

FUNDAÇÃO CONRADO WESSEL

Conselho Curador
José Roberto Drugowich de Felício (presidente)
Vahan Agopyan
Soraya Soubhi Smaili
Rubens Belfort Jr.
Franco Maria Lajolo

Diretoria Executiva
Diretor-presidente e coordenador cultural:
Carlos Vogt

Assessor jurídico:
André Pereira da Silva

Coordenadora executiva:
Ivete Silva

Diretora financeira:
Rosemeire Festraets

Gerente financeira:
Márcia Lopes de Souza

REVISTA FCW CULTURA CIENTÍFICA

Editor-chefe: Carlos Vogt
Editor-executivo: Heitor Shimizu
Editora: Ana Paula Morales

O conteúdo e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A revista Ciência&Cultura é uma publicação com fins educativos e de divulgação científica e cultural, e sem fins lucrativos.

FUNDAÇÃO CONRADO WESSEL FCW

Ciência&Cultura

Fundação José Luiz Setúbal

GEMA FILANTROPIA

SBPC

ie] Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

6
EDITORIAL
Filantropia e ciência: uma aliança para o futuro do Brasil
Francilene Garcia e Carlos Vogt

10
ARTIGO
“Science Philanthropy”: onde a filantropia e a ciência se encontram
Marcos Kisil e Guilherme Ary Plonski

16
ENTREVISTA France A. Córdova

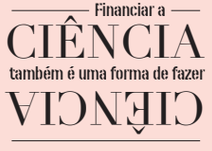
20
ENTREVISTA José Luiz Egydio Setúbal

24
ENTREVISTA Hugo Aguilaniu

EDITORIAL

FILANTROPIA E CIÊNCIA: UMA ALIANÇA PARA O FUTURO DO BRASIL

FRANCILENE GARCIA E CARLOS VOGT



Nas últimas décadas, o Brasil construiu um sistema de pesquisa admirável. Universidades, institutos e agências de fomento formaram gerações de cientistas, consolidaram uma pós-graduação reconhecida internacionalmente e produziram conhecimento que transforma vidas — da agricultura tropical à saúde pública, da conservação da Amazônia ao setor aeroespacial.

Esse patrimônio coletivo, porém, repousa quase só sobre o financiamento público. Não é a presença do Estado que distingue o caso brasileiro — ela é comum nas nações que investem em ciência —, mas a fragilidade dos mecanismos que deveriam complementá-la.

Aqui, a filantropia e o investimento privado de longo prazo na pesquisa ainda são limitados. As empresas investem em inovação, mas tendem a concentrá-la em atividades próximas ao mercado; o apoio à ciência básica, à pesquisa de fronteira e a projetos de alto risco permanece restrito.

O resultado é um sistema vulnerável às oscilações econômicas e políticas. Quando os recursos públicos minguam ou se tornam imprevisíveis, laboratórios param, jovens talentos reconsideram suas carreiras e linhas promissoras perdem continuidade e, em ciência, a descontinuidade cobra caro: conhecimento não produzido, oportunidades perdidas e pesquisadores afetados.

Nesse contexto, a filantropia científica, conceito que Marcos Kisil e Guilherme Ary Plonski examinam nesta edição, torna-se uma alternativa estratégica. A experiência internacional mostra que ela não substitui o Estado nem o investimento empresarial: seu papel é outro. Tem a capacidade singular de assumir riscos, apostar em ideias não consolidadas e dar flexibilidade a iniciativas que mal caberiam nos mecanismos tradicionais. Como lembra a Science Philanthropy Alliance, e como relata France A. Córdova nesta edição, descobertas transformadoras costumam nascer de pesquisas fundamentais cujos resultados não se podem prever no curto prazo.

O Brasil já dá os primeiros passos nesse caminho. Iniciativas como o Instituto Serrapilheira, cujo modelo de apoio a projetos de alto risco Hugo Aguilaniu descreve nestas páginas, e o investimento social de famílias empresárias, como na trajetória relatada por José Luiz Setúbal, mostram que existe no país disposição para sustentar a ciência por meio da filantropia.

Também merecem destaque dois bons exemplos. Na USP, o antropólogo Stelio Marras destinou, em testamento, um imóvel avaliado em R$ 25 milhões ao fundo patrimonial da universidade, com a finalidade de financiar bolsas para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na Unicamp, o ex-reitor Marcelo

Knobel realizou uma doação ao Fundo Lumina para apoiar bolsas e projetos na interface entre ciência, cultura e sociedade. Mas esses casos ainda são exceções; precisam tornar-se norma.

Para isso, é preciso completar o que já começamos. O país conta, desde 2019, com a Lei dos Fundos Patrimoniais (Lei 13.800), que regulamentou os *endowments*, fundos cujos rendimentos sustentam, de forma perene, universidades e centros de excelência. No exterior, fundos como esses mantêm por gerações laboratórios e instituições inteiras; entre nós, ainda são incipientes. Faltou, porém, o essencial: os incentivos fiscais à dedução das doações foram vetados na sanção da lei. Restaurá-los e enfrentar os entraves que ainda dificultam a captação pelas universidades públicas é a fronteira mais imediata.

Dois princípios precisam ser preservados. O primeiro é a autonomia da ciência: a filantropia financia a pesquisa, não dita sua agenda. O segundo é a adicionalidade, inscrita na própria lei: os recursos privados somam-se ao orçamento público; jamais o substituem. Governança transparente e prestação de contas sustentam a confiança entre doadores e sociedade.

Há, ainda, uma oportunidade a não desperdiçar. A filantropia tende a concentrar-se onde a riqueza já está. Bem orientada, pode fazer o contrário, alcançar instituições e talentos do Norte e do Nordeste, hoje subfinanciados, e tornar-se também instrumento de equidade regional.

Nada disso relativiza a responsabilidade do Estado: o financiamento público seguirá sendo a espinha dorsal da ciência brasileira, indispensável a qualquer nação que aspire à soberania tecnológica.

Os grandes desafios contemporâneos – emergência climática, novas epidemias, transição energética, inteligência artificial, segurança alimentar, desigualdades – ultrapassam a capacidade de qualquer ator isolado. Governo, universidades, empresas, sociedade civil e filantropos precisam agir de forma complementar.

Sociedades que investem em conhecimento ampliam suas chances de prosperidade e bem-estar. Para quem doa, apoiar a ciência significa deixar um legado de longo alcance: liberdade para experimentar, coragem para arriscar e visão para sustentar aquilo cujo valor pleno talvez só as próximas gerações reconheçam. É um patrimônio que se mede em décadas, não em trimestres.

Fazer da filantropia uma aliada da pesquisa é reconhecer que o desenvolvimento nacional depende não apenas de resolver os problemas do presente, mas também da disposição de imaginar e construir os horizontes do amanhã. Investir em ciência, num país de tantas urgências imediatas, é um gesto de confiança no futuro.

Que esta edição conjunta de *Ciência e Cultura* e *FCW Cultura Científica* seja um convite à reflexão e à ação. O Brasil já demonstrou ser capaz de produzir ciência de excelência. Chegou o momento de ampliar a comunidade dos que decidem sustentá-la, porque apoiar a ciência é um dos atos mais generosos e transformadores de filantropia que uma sociedade pode realizar.

Francilene Procópio Garcia
Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

Carlos Vogt
Diretor-presidente da Fundação Conrado Wessel (FCW)

ARTIGO

SCIENCE PHILANTHROPY: ONDE A FILANTROPIA E A CIÊNCIA SE ENCONTRAM

A construção de uma cultura de filantropia para a ciência é tão importante quanto a própria alocação de recursos

MARCOS KISIL E GUILHERME ARY PLONSKI

A construção da ciência moderna no Brasil, desde a segunda metade do século 20, consolidou um modelo em que o Estado assume o papel de "provedor quase-monopolista" do financiamento à pesquisa. Diferentemente de países como os Estados Unidos, onde a filantropia privada, por meio de fundações como Rockefeller, Ford e Carnegie, foi crucial para a institucionalização de disciplinas e universidades, o Brasil estruturou um sistema em que cientistas são majoritariamente servidores públicos, as universidades e centros de pesquisa são predominantemente autarquias federais ou estaduais e o fomento depende de repasses orçamentários dos governos federal e estaduais. Esse arranjo alimentou por décadas o mito de que o Estado brasileiro poderia sustentar soberanamente a pesquisa de ponta.

Contudo, desde a década de 2010, especialmente entre 2020 e 2026, esse mito entrou em colapso diante da realidade fiscal. O que a literatura recente denomina "crise silenciosa da ciência brasileira" revela uma consequência ainda mais grave: o subfinanciamento público não é apenas um problema orçamentário, mas uma questão de segurança nacional. Em um mundo em que a competitividade geopolítica é definida pela capacidade de produzir semicondutores, algoritmos de inteligência artificial, novos fármacos e controlar cadeias de terras raras, um país que não financia sua própria produção de conhecimento torna-se refém de tecnologias estrangeiras.

A análise da Lei Orçamentária Anual de 2026 revela um quadro de severo comprometimento. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sofreu redução real significativa, com mais de 85% de seu orçamento comprometido com bolsas, restando pouca margem para projetos e infraestrutura. Em comparação com 2025, o CNPq teve corte de 7,1%, com perda de R$ 132,6 milhões. A Coordenação de Aperfeiçoamento de

Pessoal de Nível Superior (Capes) apresentou redução de 7,2% em seu orçamento. As unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação — como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Museu Goeldi e o Museu Nacional — operam com orçamentos que mal cobrem despesas básicas; em 2026, 15 das 17 unidades sofreram cortes em suas ações finalísticas.

Esse cenário revela o que denominamos contradição central da política científica brasileira: enquanto o discurso oficial reconhece a ciência como pilar da soberania nacional, conforme o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, a alocação de recursos pelo Congresso Nacional prioriza emendas parlamentares, que atingiram R$ 61,4 bilhões em 2025, em detrimento do financiamento estrutural da pesquisa. Na prática, a ciência tornou-se uma "despesa discricionária" de baixa prioridade, sujeita a reduções anuais que inviabilizam o planejamento das instituições científico-tecnológicas.

Há, contudo, exceções importantes em nível subnacional. No Estado de São Paulo, observa-se crescimento sistemático dos investimentos: entre 2021 e 2026, os valores passaram de R$ 10,1 bilhões para R$ 19,1 bilhões. Suas universidades estaduais operam em regime de autonomia financeira, assumindo inclusive os gastos com pessoal, o que exige elevada disciplina de gestores e da comunidade acadêmica. Os recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) evoluíram de R$ 1,5 bilhão para R$ 2,4 bilhões no mesmo período.

Mantidas as promessas feitas publicamente, a reforma tributária preservará o modelo vigente, permitindo vislumbrar a continuidade dessa evolução dos aportes do Tesouro Estadual. Há, evidentemente, dependência do desempenho da economia, uma vez que os valores destinados às universidades estaduais e à Fapesp são calculados como fração da receita fiscal do Estado.

SCIENCE PHILANTHROPY: SOLUÇÃO OU PALIATIVO?

Diante do esvaziamento dos cofres públicos, observa-se a emergência de uma nova geração de iniciativas filantrópicas voltadas à ciência no Brasil. O Instituto Serrapilheira é a primeira instituição privada de filantropia dedicada exclusivamente a essa causa. Criado em 2017 por Branca e João Moreira Salles, o Instituto atua como um vetor de fomento à pesquisa básica e de alto risco, financiando projetos científicos ousados, promovendo a divulgação científica e investindo na formação de novos talentos.

O "Ciência Pioneira", instituído pelo Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino (IDOR), com aporte de R$ 500 milhões ao longo de dez anos pela família Moll, assim como os Lemann Centers da Fundação Lemann, em parceria com universidades como Harvard, Stanford e Oxford, demonstram que o capital privado está ocupando espaços antes reservados ao Estado. O Instituto Embraer, por sua vez, financia o programa "Ciência Diversa", direcionando recursos a organizações da sociedade civil para fomentar a vocação científica entre grupos subrepresentados.

Historicamente, a filantropia internacional já desempenhou papel relevante no Brasil, como evidencia a atuação da Fundação Rockefeller nas décadas de 1910 e 1920, que contribuiu para o combate a epidemias e para a formação da primeira geração de médicos sanitaristas.

No entanto, a filantropia não resolve — e pode até aprofundar — questões estruturais do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira. Há três razões principais:

Primeiro, o foco em áreas de baixo risco geopolítico. A filantropia privada tende a financiar áreas com visibilidade social imediata, como saúde, educação básica, diversidade e ciência de dados aplicada, evitando projetos de alto custo e longo prazo em setores

como semicondutores, metalurgia de terras raras, defesa ou energia nuclear. Essas áreas, essenciais para a soberania nacional, são justamente as que mais sofrem com a crise do Estado provedor.

Segundo, a concentração regional e temática. Os recursos filantrópicos costumam ser direcionados a instituições já consolidadas, localizadas majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste. Na região Norte, tem aumentado o fluxo de recursos filantrópicos em razão das questões ambientais e da presença de recursos minerais estratégicos. Movimento semelhante ocorre na região Centro-Oeste. O mesmo, porém, ainda não se verifica no Nordeste, onde a aplicação de recursos filantrópicos permanece menos frequente.

Terceiro, o vínculo com interesses externos. Parcerias com fundações e universidades estrangeiras, embora relevantes e muitas vezes necessárias, podem perpetuar a dependência intelectual e tecnológica, pois a propriedade intelectual resultante frequentemente permanece com os parceiros internacionais ou é compartilhada de forma assimétrica. O Brasil continua exportando cérebros e importando conhecimento.

Portanto, a *Science Philanthropy*, no contexto brasileiro, constitui um paliativo insuficiente para enfrentar a crise estrutural da dependência externa. Sem um Estado provedor forte, orientado por uma política de soberania tecnológica, o país continuará importando conhecimento, patentes e produtos em áreas críticas para a segurança nacional. Confiar na filantropia como solução significaria apenas substituir um mito por outro: o mito do salvador privado.

OS RISCOS GEOPOLÍTICOS DA "CIÊNCIA POR OMISSÃO"

Em um cenário geopolítico marcado por guerras tecnológicas, como a que se configura entre os Estados Unidos e a China, podem ser severas as consequências para o Brasil de bloqueios comerciais, como sanções a semicondutores avançados, restrições à exportação de equipamentos de litografia e restrições a patentes de fármacos essenciais.

O pior dos mundos é a percepção de autonomia sem sua realidade. O Brasil assina tratados internacionais, participa de fóruns científicos importantes (como o G20 de pesquisa e inovação) e forma milhares de doutores anualmente em universidades públicas, mas o seu parque industrial e a sua capacidade de inovação continuam reféns de decisões tomadas em Washington, Beijing, Genebra ou Seul. Como alerta L. Castro (2025), a dependência algorítmica na era da Inteligência Artificial pode se tornar uma nova forma de colonialismo digital, onde o Brasil não apenas importa tecnologia, mas também os vieses, valores e limitações embutidos nos sistemas desenvolvidos alhures.

É nesse contexto que devemos entender a importância da *Science Philanthropy* como um instrumento que tem o potencial de indicar novos rumos para o financiamento da ciência.

LEIA O ARTIGO COMPLETO E AS REFERÊNCIAS EM:
revistacienciaecultura.org.br

Marcos Kisil é professor titular sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP, além de fundador e membro do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) e ex-diretor da Fundação W.K. Kellogg para América Latina e Caribe.

Guilherme Ary Plonski é professor titular sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (Departamento de Administração) e do Instituto de Estudos Avançados da USP, além de ex-diretor superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT).

FRANCE A. CÓRDOVA

A presidente da Science Philanthropy Alliance explica como a filantropia pode acelerar descobertas científicas, complementar o financiamento público, formar novas gerações de pesquisadores e fortalecer a cooperação internacional em um cenário de crescentes desafios para a ciência

Córdova é presidente da Science Philanthropy Alliance. Foi diretora da National Science Foundation, cientista-chefe da Nasa, presidente da Purdue University e chanceler da University of California, Riverside. Atuou em cinco administrações presidenciais, republicanas e democratas, consolidando-se como uma referência internacional em políticas de ciência, pesquisa e inovação.

A filantropia é frequentemente elogiada por sua capacidade de apoiar pesquisas científicas de alto risco e alto impacto, em áreas nas quais o financiamento público e privado é insuficiente. Ao longo do contínuo que vai da pesquisa à inovação, onde você acredita que a filantropia gera hoje o maior valor?

Primeiro, no apoio à próxima geração de cientistas. Muitas fundações filantrópicas mantêm seus próprios programas de bolsas ou financiam bolsas por meio de outras iniciativas, frequentemente em parceria com universidades. Segundo, ao assumir riscos em novas abordagens para a ciência e sua aplicação prática, ou ao reduzir o risco de novas tecnologias que, posteriormente, passam a receber apoio governamental (como ocorreu com a tecnologia do espelho do telescópio Vera Rubin). Terceiro, no apoio a organizações científicas que produzem estudos independentes e imparciais, capazes de exercer ampla influência (como a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos).

Como o sucesso desses investimentos de longo prazo deve ser medido?

Definir métricas e avaliar o sucesso é uma prioridade para os financiadores que apoiamos. Trata-se de um tema tão importante que

criamos um grupo de interesse dedicado a Mensuração, Avaliação e Aprendizado, que se reúne regularmente para discutir essas questões e compartilhar boas práticas. Não existe uma fórmula única, pois cada projeto é diferente. O mais importante é estabelecer, desde o início, critérios claros para definir o que será considerado sucesso e avaliar periodicamente os programas financiados.

Como a filantropia pode complementar o investimento público sem substituir o papel indispensável dos governos na sustentação da ciência?

A filantropia científica não dispõe dos recursos necessários para substituir o financiamento governamental da ciência. Tampouco possui a estrutura operacional e institucional para administrar grandes projetos de longo prazo ou para avaliar dezenas de milhares de propostas de financiamento, como faz o programa de bolsas de pós-graduação da National Science Foundation. Seu papel é outro: atuar de forma ágil, flexível e catalisadora, apoiando pesquisas inovadoras e assumindo riscos.

Em um momento de crescente polarização, mudanças nas prioridades públicas e desafios cada vez maiores à autonomia da ciência, que papéis a filantropia pode desempenhar?

A filantropia deve servir de exemplo em matéria de integridade científica, garantindo que os projetos e as pessoas que financia estejam alinhados aos valores das fundações que oferecem esse apoio. Ao mesmo tempo, precisa atuar com prudência para evitar a politização de suas iniciativas. Em períodos em que as prioridades dos governos e da sociedade estão em transformação, a filantropia pode representar um elemento de estabilidade. Ela é capaz de sustentar pesquisas de longo prazo, apoiar ideias independentes e concentrar

“A FILANTROPIA DEVE SERVIR DE EXEMPLO EM MATÉRIA DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA.”

esforços não apenas no financiamento dos pesquisadores de hoje, mas também na formação da próxima geração de cientistas.

Que conselho você daria a líderes filantrópicos brasileiros que desejam contribuir para o avanço da ciência, da tecnologia e da inovação no país, mas ainda não sabem por onde começar?

Nosso conselho é simples: aprendam com outros filantropos que já apoiam a ciência. Existem comunidades ativas de filantropia científica nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e em outras regiões do mundo. Participem de encontros de filantropos, como os promovidos pelo nosso Global Science Philanthropy Forum. Sigam seus interesses e sua curiosidade científica. Busquem orientação de assessores científicos confiáveis e independentes. E, acima de tudo, comecem o quanto antes. Muitos filantropos descobrem que uma das maiores recompensas está justamente em experimentar, aprender e aperfeiçoar continuamente sua forma de atuar, tornando sua filantropia cada vez mais eficaz na promoção das descobertas científicas. Em última análise, todos têm o potencial de ser filantropos.

LEIA A VERSÃO COMPLETA DA ENTREVISTA EM:
revistacienciaecultura.org.br

JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL

Filantropo analisa o papel da filantropia, da cultura de doação e das parcerias no fortalecimento da pesquisa científica brasileira

Pediatra, filantropo e gestor, preside a fundação que leva seu nome e lidera um dos mais relevantes ecossistemas filantrópicos dedicados à saúde e ao desenvolvimento infantil no Brasil, formado pelo Sabará Hospital Infantil, Instituto Pensi e Instituto Infinis.

Qual é o papel estratégico da filantropia para garantir maior estabilidade e sustentabilidade ao sistema nacional de pesquisa?

No Brasil e no mundo, a ciência é fomentada muito mais pelo Estado do que pela iniciativa privada, principalmente a ciência mais pura, voltada para o fazer acadêmico. A ciência prática ou aplicada, como é o caso da inteligência artificial, evidentemente está muito ligada aos grandes setores tecnológicos, que são privados, pelo menos nos países mais desenvolvidos do mundo ocidental. A filantropia poderia ajudar mais no Brasil, mas isso é uma questão cultural. Não somos um país onde a ciência é valorizada.

O senhor defende que a filantropia deve ir além da caridade tradicional. Como esse conceito se aplica ao investimento em ciência e pesquisa acadêmica?

A filantropia contemporânea se afastou bastante do conceito tradicional de caridade. A partir da segunda metade do século 20, passou a adotar uma abordagem mais estratégica, voltada para causas capazes de produzir transformações duradouras na sociedade. No século 21, esse movimento se intensificou. Grande parte da filantropia passou a concentrar esforços em temas como inclusão social, equidade racial, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento científico, buscando enfrentar problemas estruturais em vez de apenas aliviar suas consequências.

Quais são as principais barreiras culturais e institucionais que impedem que grandes doadores brasileiros vejam a ciência como uma causa prioritária para investimento filantrópico?

Há tanto barreiras culturais quanto institucionais e uma percepção histórica de que o financiamento da ciência é responsabilidade exclusiva do Estado. Também há um distanciamento entre a academia e o setor produtivo. Embora existam recursos e incentivos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, muitas empresas ainda investem pouco em tecnologia. Persiste um certo preconceito mútuo: parte do empresariado desconfia da universidade, enquanto parte da academia vê com reservas a aproximação com o setor privado. Uma grande oportunidade está justamente no fortalecimento dessas parcerias, especialmente para o desenvolvimento de ciência aplicada e inovação.

Nos Estados Unidos e em diversos países europeus, universidades e centros de pesquisa contam com forte apoio filantrópico. O que o Brasil pode aprender com essas experiências internacionais?

É preciso, antes de tudo, colocar essa comparação em perspectiva. O Brasil é um país muito mais pobre do que os Estados Unidos. Em termos absolutos e proporcionais, os recursos destinados à filantropia lá são muito superiores aos disponíveis aqui. Isso também decorre de diferenças no sistema tributário. Nos Estados Unidos, grandes fortunas são fortemente tributadas, mas há incentivos para que parte desse patrimônio seja destinada, ainda em vida, à criação de fundações e a grandes doações filantrópicas. Como consequência, formou-se um ambiente muito favorável à filantropia.

Outro aspecto importante é a cultura de doação por ex-alunos. Nos Estados Unidos, é comum que alumni contribuam financeiramente com as universidades onde estudaram. No Brasil, essa tradição praticamente não existe. Participei da criação do Fundo Patrimonial da USP e fiz uma doação pessoal. Embora tenha cursado a pós-graduação na universidade, percebo que muitos ex-alunos sequer consideram a possibilidade de contribuir financeiramente para uma instituição pública onde estudaram gratuitamente. A mesma dificuldade existe em outras instituições. Na Santa Casa, por exemplo, participei da criação de um fundo patrimonial para concessão de bolsas e enfrentamos grande dificuldade para captar recursos entre ex-alunos. A Fundação Getulio Vargas também relata desafios semelhantes em seus programas de bolsas.

Portanto, além das diferenças econômicas e tributárias, há uma diferença cultural importante. Podemos nos inspirar em modelos internacionais, mas é preciso reconhecer que eles foram construídos em contextos muito distintos do brasileiro. Desenvolver uma cultura de doação para universidades e instituições científicas é um processo que exige tempo, confiança e incentivos adequados.

“A CIÊNCIA ACADÊMICA, APESAR DE TER UMA PARTE QUE É FOMENTADA PELA FILANTROPIA, EM SUA MAIORIA É PATROCINADA PELO ESTADO.”

LEIA A VERSÃO COMPLETA DA ENTREVISTA EM:
revistacienciaecultura.org.br

HUGO AGUILANIU

À frente do Instituto Serrapilheira, Aguilaniu analisa os desafios do financiamento científico e as oportunidades para fortalecer a pesquisa brasileira

O geneticista francês Hugo Aguilaniu tornou-se uma das principais vozes da filantropia científica no Brasil. Sob sua liderança desde que foi criado, em 2017, o Serrapilheira consolidou um modelo de apoio à ciência baseado no financiamento de pesquisas de risco, na experimentação de novos mecanismos de fomento e no fortalecimento da comunicação científica.

O Instituto Serrapilheira nasceu com uma proposta pouco comum no Brasil: financiar ciência básica, apoiar projetos arriscados e investir em divulgação científica. Que diagnóstico sobre o sistema científico brasileiro motivou esse desenho institucional?

O sistema de financiamento brasileiro não fomentava o risco. Não é uma crítica a uma instituição específica, mas à lógica do sistema como um todo. Ele foi construído para que o país publique bastante, não necessariamente de maneira arrojada ou arriscada. Como o Serrapilheira nasceu como uma iniciativa privada e diferente, não faria sentido reproduzir o que já existia. Por isso, a aposta no risco. No caso da divulgação científica, a motivação foi simples: praticamente não havia financiamento para essa atividade. Nossa percepção foi que falar de ciência era tão importante quanto fazer ciência. Isso continua. Uma das razões pelas quais atravessamos um momento tão difícil é justamente a nossa dificuldade de comunicar a ciência adequadamente.

O Serrapilheira costuma dizer que quer "fertilizar o solo da ciência". Na prática, o que isso significa?

"Fertilizar o solo da ciência" é uma expressão bonita, mas também um pouco romântica, que representava mais o Serrapilheira em sua

fase inicial. Ela tem relação com o próprio nome Serrapilheira, mas, objetivamente, não acho que tenhamos capacidade de fazer isso de maneira sistêmica. O que fazemos é financiar projetos específicos de pesquisadores. Mas, cada vez mais, pensamos que nossa função não é apenas essa. Como não temos porte para mudar o sistema científico brasileiro, queremos propor modelos de financiamento diferentes dos que já existem e testá-los. Temos pensado cada vez mais em inovar nos modelos de financiamento, criar mecanismos que realmente surpreendam e, mais importante, avaliá-los criticamente.

Pode dar um exemplo desse tipo de experimento institucional?
Um exemplo é o nosso bônus de diversidade. Quando concedemos um *grant*, parte dos recursos é condicionada à formação de pessoas pertencentes a grupos sub-representados. A pergunta que devemos fazer agora é: isso funciona ou não funciona? Para responder, precisamos de uma avaliação rigorosa, buscando garantir que estamos contribuindo da forma mais eficaz. Essa abordagem de testar cientificamente os próprios mecanismos de financiamento é algo que uma organização como o Serrapilheira pode oferecer ao sistema científico. Muitas ideias parecem boas em princípio, mas a pergunta é: elas produzem resultado? Só é possível saber testando.

O Serrapilheira experimenta formas menos burocráticas de financiamento e avaliação, apostando em processos mais flexíveis e em critérios que vão além dos indicadores tradicionais. O que vocês aprenderam ao desafiar modelos consolidados de fomento?
Você pode reunir revisores da mais alta qualidade, pessoas brilhantes e acostumadas a produzir pesquisas arriscadas, e ainda assim, quando elas passam a avaliar coletivamente, tendem a se tornar mais

“GOSTARÍAMOS DE CONSTRUIR UM SISTEMA CAPAZ DE RENOVAR FINANCIAMENTOS NÃO APENAS COM BASE NOS RESULTADOS OBTIDOS, MAS NA POSTURA CIENTÍFICA DO PESQUISADOR.”

conservadoras. Outra lição importante é que as métricas tradicionais têm limitações evidentes. Indicadores como fator H e outros semelhantes não conseguem avaliar bem pesquisadores jovens. Tampouco conseguem captar se alguém está realmente assumindo riscos científicos.

Gostaríamos de construir um sistema capaz de renovar financiamentos não apenas com base nos resultados obtidos, mas na postura científica do pesquisador. Alguém pode não ter produzido o resultado esperado, mas demonstrar uma atitude genuinamente ousada e inovadora. Nesse caso, talvez valha a pena continuar investindo, porque acreditamos que assumir riscos faz parte da construção de descobertas relevantes. A dificuldade está justamente em avaliar essa disposição para correr riscos. Esse continua sendo um dos grandes desafios para quem pretende financiar uma ciência mais ousada.

LEIA A VERSÃO COMPLETA DA ENTREVISTA EM:
revistacienciaecultura.org.br

ESPECIAL
CIÊNCIA EM APOIO
À FILANTROPIA

Próximo fascículo:
Sita volorumquia que lam reprae et autatus apercipid et et ulpa voluptas aliquuntur ad modis sime parciis ut harunt everibus volo quistem autae simusci isquae. Maximus alis aut utent eligend ignimos ressequid et as sinvelicae denihiciet moluptaque perfernam, que ne pore volorest, explic tenisciatas et ma volore, ne sam, sinus es enda volupti restrup tatatem quianis sandae del eost, sincidipis etur, volorec toreribus, optist, nobis nulpa cus explati ut ea veritem fuga. Nequodit qui derspel landign atquidi cianimo lorerunt volum fuga. andebis ad magnita cupta

revistacienciaecultura.org.br

Fundação Conrado Wessel
FCW

Ciência&Cultura